COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 953, DE 2019

Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, estabelecendo casos e condições em que a omissão de resposta a manifestações de particulares por parte da Administração Pública constitui direitos subjetivos em favor dos interessados, e dá outras providências.

Autor: Deputado JOSE MARIO SCHREINER

Relator: Deputado KIM KATAGUIRI

I - RELATÓRIO

A proposição em apreço tem como intuito a alteração da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para disciplinar as decorrências de comportamento omissivo por parte de autoridades administrativas na apreciação de pleitos submetidos ao seu crivo. Nos termos em que o projeto se encontra redigido, situação da espécie conduziria ao reconhecimento tácito do direito pleiteado.

Na justificativa, o autor formula severa crítica à atitude que se visa combater com a proposição. Segundo alega, “a indolência dos agentes públicos na apreciação de pleitos apresentados por particulares constitui uma das mais injustificáveis origens do famoso ‘custo Brasil’, sanha que ao longo de décadas inferioriza a Nação perante suas concorrentes no mercado mundial”. A justificativa prossegue asseverando que “direitos perecem, instituições sólidas são levadas à falência e empresas fecham suas portas por falta de alvarás e de documentos muitas vezes passíveis de expedição em poucos segundos”.

O prazo regimental esgotou-se sem oferecimento de emendas.

II - VOTO DO RELATOR

Trata-se de proposição sem dúvida oportuna e atinente aos ares de renovação que o país atravessa. Agilizar o funcionamento da máquina pública, em especial no que diz respeito ao exame de pleitos a ela submetidos, constitui medida que coaduna de forma inquestionável com os anseios retratados no último pleito eleitoral.

De outra parte, o projeto se encontra redigido com notável clareza. Os comandos são incisivos e adequados ao relevante propósito a que se destinam.

À luz do exposto, vota-se pela aprovação integral do projeto.

Sala da Comissão, em   de   de 2019.

Deputado KIM KATAGUIRI
Relator